

IMIGRAÇÃO CHINESA

Sessão de 1.º-9-1879

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não é fácil, Senhores, a posição nesta casa dos membros da Oposição.

Creio que era preferível o tempo em que nós falávamos para a maioria, que nos contestava com calor, ao atual em que somos todos os dias obrigados a falar perante bancadas inteiramente vazias.

Não sei se fora deste recinto se faz idéia do que é o Parlamento; suponho que pelo País quando se ouve falar na Câmara dos Deputados tem-se idéia de que neste recinto as cadeiras estão todas ocupadas por aqueles que foram mandados a elas, com os ministros – faço hoje exceção em favor do meu nobre amigo, o Sr. Ministro de Estrangeiros –, com os ministros todos presentes, sendo os oradores realmente ouvidos pelos seus colegas e havendo realmente debates; a verdade, porém, é que a Câmara está prostrada, que o cansaço apoderou-se de todos os espíritos, que a indiferença pelas nossas discussões é geral, que a maioria não pode dar nada mais ao Governo, nem mesmo a esmola de estar presente nos seus bancos depois das 2 horas da tarde.

O Sr. Galdino das Neves – Mas o Governo vai pedindo sempre. Agora são 120:000\$000.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Todavia, Senhores, como, ainda que não houvesse um deputado nesta casa, haveria o País inteiro para ouvir-nos, e como é certo que os debates parlamentares têm menos importância pelo que eles representam neste recinto, do que pelo modo ávido por que são lidos pelo País inteiro, não posso furtar-me, depois de ter feito esta revelação do que é presentemente o nosso Parlamento, ao dever, a que me julgo obrigado, de combater o presente crédito do ministro de Estrangeiros.

No outro dia eu disse ao nobre deputado por Pernambuco, o Sr. Buarque, o qual achava que o Governo tinha cumprido todas as suas obrigações e satisfeito todos os seus compromissos com relação aos auxílios à lavoura, desde que consentiu que o projeto do nosso honrado colega deputado por São Paulo e o substitutivo da comissão fossem postos na ordem do dia, eu disse a S. Ex.^a: o Governo não está presente; as nossas discussões são estéréis: quem responde pelos trabalhos legislativos em um regime parlamentar, como o nosso, é o Governo; o Governo desinteressa-se do seu único compromisso, que na fala do trono da segunda sessão mereceu uma palavra da Coroa. Como pode o nobre deputado acreditar que o Governo satisfaz o que dele se esperava? Pois bem, Senhores, em matéria de auxílios à lavoura, o que o Governo toma sobre si é somente o projeto que o honrado ministro de Estrangeiros nos acaba de

apresentar; os auxílios que o meu nobre colega pela Bahia, o Sr. Bulcão, deseja para a lavoura sob a forma de bancos territoriais garantidos pelo Estado, o Governo só os quer sob a forma da colonização chinesa.

Senhores, se o Governo nos viesse pedir um crédito para mandar uma embaixada à China, que iniciasse as nossas relações com o Celeste Império; se não se tratasse de nada mais do que mandar a nossa bandeira em um dos nossos navios de guerra fazer a viagem de circunavegação do globo, eu daria o meu voto à presente proposta, ainda que as circunstâncias do tesouro não me pareçam justificá-la atualmente.

O nobre ministro de Estrangeiros, na sua justificação de crédito, condenou o modo por que são feitos os nossos orçamentos. S. Ex.^a disse que se via obrigado a fazer este pedido de 120:000\$000 para a missão à China, porque tinham cortado outras verbas do orçamento.

A observação do Senado foi muito bem feita. Então as nossas verbas são arrançadas por tal forma que dão margem a embaixadas desta natureza?

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – E a minha explicação não satisfaz a V. Ex.^a?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas faço esta observação de passagem. Se se tratasse de uma embaixada à China, se se tratasse simplesmente de mandar um navio à China, e se as circunstâncias do tesouro o permitissem, eu seria o primeiro a concorrer para isso.

Senhores, há sempre vantagem quando se travam relações de amizade e de comércio entre dois povos como o Brasil e a China, tão separados pelos mares e que tanto de curioso têm para oferecer um ao outro. Demais, além de encarregado de uma parte da missão diplomática, é o responsável pela expedição naval, um oficial superior da armada, em cuja discrição, capacidade e suficiência para qualquer comissão de que se encarregue, eu tenho a maior confiança. (*Apoiados.*)

Se se tratasse simplesmente de uma viagem à roda do mundo, ou de uma embaixada à China, eu só desejaria que os nossos plenipotenciários fossem morar nessa rua de Pequim chamada das Dez Mil Felicidades. (*Riso.*)

O Sr. Galdino das Neves – Se essas viessem para cá... (Riso.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, Senhores, não se trata simplesmente de travar relações com a China, de aproximar dois dos maiores impérios do mundo; trata-se de uma verdadeira emigração asiática para o Brasil, e essas relações diplomáticas que se quer abrir não têm outro fim, não têm outro intuito senão mongolizar o nosso país.

O Sr. Galdino das Neves – Ele já não está pouco mongolizado. (Riso.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A China, eu suponho, é um país muito diverso daquilo que nos representam os seus emigrantes. Não se pode

compreender que uma máquina política dessa ordem tenha sobrevivido por tantos anos aos grandes Impérios ocidentais sem que haja nas suas bases, nos seus alicerces, qualidades dignas de manter, de sustentar uma grande nação. Não se pode supor que a China, cuja civilização perde-se na noite dos tempos; cuja agricultura, no dizer de Cobden, chegou à perfeição de tornar-se em horticultura; que era governada por uma legislação territorial admirável antes que os Gracos pensassem em promover a Lei Agrária no fórum romano; que construiu a sua grande muralha antes que Adriano pensasse em defender com a dele o Império; que destruiu o feudalismo antes de este aparecer, na Idade Média, a tomar posse do ocidente da Europa com os seus feudos, os seus barões e os seus castelos; não se pode supor que um grande império, dessa força, dessa organização, dessa vida, cujas origens são imemoriais, não tenha realmente muita vitalidade própria e não seja alguma coisa muito diversa dessa nação decrépita e dessa raça, que todos os dias se nos descreve como condenada a desaparecer.

Mas, por isso que a China tem sobrevivido aos grandes Impérios, ao Egito, à Assíria, à Pérsia, à Grécia, a Roma, e tem sobrevivido guardando a sua religião, os seus costumes, as suas tradições, as suas leis, há de haver alguma coisa de muito especial na natureza desse povo, que não deve passar despercebida para nós que vamos entrar com ele em contato, que pode talvez ser-nos funesto.

Senhores, eu não quisera neste momento fazer um paralelo entre a China e o Brasil; ambos esses países possuem imensos territórios; são dois dos maiores Impérios do mundo; ambos têm à sua frente um governo patriarcal; em ambos o imperador é, como se diz na linguagem oficial da China, o pai e a mãe do povo (*riso*), ambos têm os seus mandarins, a sua organização especial, e, todavia, eles se distinguem por duas qualidades opostas.

A China leva ao extremo o respeito das suas tradições, dos seus antepassados, da sua história; nós procuramos tomar a tangente do passado; tudo aqui está em evolução, ao passo que lá tudo está, por assim dizer, petrificado.

A China é uma nação velha, nós somos uma nação nova; ela tem um enorme passado, nós não temos senão um grande futuro.

Postas em contato duas nações tão diversas, aproximadas uma da outra, duas civilizações tão opostas, a Câmara não me levará a mal que pergunte o que vai sair dessa aproximação e me desculpará o tempo que me for preciso para estudar a nova imigração.

Pergunto em primeiro lugar se o chim é preciso, se é reclamado pela nossa lavoura, se é conveniente, se é um elemento de progresso, se é a solução que o nobre presidente do Conselho queria achar para a sua pergunta: qual o meio de substituir ou de preencher a falta de braços? – e depois me reservarei para mostrar que o chim não pode vir para o Brasil sem que a população de origem européia e a que essa tem assimilado a si desapareça; sem que dentro em pouco tempo aquelas porções do País despovoadas pela imigração chinesa se tornem verdadeiras povoações mongólicas.

Na luta da existência, colocado o chim ao lado do branco ou do negro, colocado ao lado de todos os mestiços que possa haver no País, o chim forçosamente, por leis naturais que vou expor, acabará por tornar-se, dentro de um prazo de tempo que só nos restaria calcular, o senhor deste país, como ele espera ser o último habitante do mundo. (*Riso.*)

É o chim preciso? Quem quer o chim?

Senhores, o nobre presidente do Conselho fez um congresso agrícola, da lavoura do Sul, e além deste houve, por uma honrosa iniciativa individual, o congresso agrícola do Norte.

A Câmara me há de desculpar que comece pelo Norte. O Sul está comprando todos os braços disponíveis do Norte e não tem que se queixar por falta de renovação de braços, desde que para ele as fontes da escravatura não estão estanques, e ele continua num verdadeiro tráfico de escravos comprando os que manda vir do Norte. Mas esse Norte que exporta os escravos, que exporta os braços, precisa de chins!

Alguns Srs. Deputados – Não.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Peço licença para ler o que se disse no congresso agrícola.

O Sr. Presidente do Conselho tinha feito a seguinte pergunta no seu longo questionário (*lê*):

“É muito sensível a falta de braços para manter, melhorar e desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?”

E o congresso do Norte respondeu: – “Não”, e acrescentou, por uma forma singular, mas expressiva: – “quem tem dinheiro tem braços”.

Certos lavradores do Norte, presentes ao congresso agrícola, resolveram a questão, eu creio que do modo por que ela deve ser resolvida. Um respondeu (o Sr. J. M. Pontual):

“É muito sensível a falta de braços para manter, melhorar e desenvolver os atuais estabelecimentos da *grande lavoura*?

Para mantê-los atualmente, não.

Para melhorá-los carecemos de homens livres e práticos.

Para desenvolvê-los são precisos maquinismos aperfeiçoados e vias de fácil comunicação”.

Outro membro do congresso, lavrador importante, que proferiu nesse congresso agrícola um discurso interessante não só pela simplicidade rústica da forma com que foi pronunciado, mas também pelo profundo bom senso que revelam certas das suas idéias, o Sr. Barão de Muribeca, respondeu àquela questão como às outras, com um aparente bom humor, mas no fundo com verdadeira ironia, de um modo que encerra grande fundo de verdade (*lê*):

“Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir a falta de braços? Não há também remédio nenhum. Eu não acho razoável o desejo que alguns alimentam de que o Brasil seja muito povoado; não, Senhores! O que é preciso é que os habitantes atuais vivam de um modo mais confortável. Vivam bem, embora sejam poucos.

O Sr. Coelho Rodrigues – Quando menos somos, melhor passamos, não?

O Sr. Barão de Muribeca – E se viverem mais felizes, de um modo mais confortável, a população aumentará naturalmente.

Falta de braços? Quanto a mim não se deve cuidar nisso. A questão para mim é outra: é da divisão do trabalho que se deve curar”.

E acrescentava estas palavras que revelam o motivo por que ele entende que não devemos aumentar artificialmente a nossa população, e que basta que ela consiga meios mais fáceis e confortáveis de vida, para aumentar naturalmente (*lê*):

“O que é preciso é que os lavradores vivam melhor, em mais favoráveis circunstâncias do que atualmente. Só assim se poderá esperar que os ingênuos, filhos das escravas, continuem a trabalhar. Continuando na vida em que levam, eles, apenas se façam homens, sairão de casa e irão pelo mundo todo, ociosos, sem prestar serviço algum. É preciso não ter conhecimento algum do mundo para julgar que esses ingênuos continuarão a morar em casa dos senhores de suas mães”.

O Sr. Felício dos Santos – Esse homem felizmente não estudou.

O SR. JOAQUIM NABÚCO – O Barão de Muribeca supõe que desde que o senhor de engenho tem uma fábrica de escravos, se, em vez de tirar de cada homem a maior soma de trabalho, der-lhe os meios mais confortáveis de vida; se, em vez de continuarem os escravos a morar nessas senzalas próprias para tudo, menos para a multiplicação das famílias que as habitam, próprias para tudo, menos para que os seus moradores se desenvolvam física ou moralmente, tivessem eles uma casa, onde viver com as suas mulheres e seus filhos, algum bem-estar que os prendesse de alguma forma à terra do cativo, o Barão de Muribeca supõe, dizia eu, e muito bem, que no fim de alguns anos a população escrava do País teria naturalmente aumentado em vez de diminuir horivelmente. Seria esse talvez o meio de conservar para a lavoura os serviços das novas gerações. A escravidão atual, porém, com o seu regime, impede isso que seria naturalmente a solução, como o é em toda a parte do mundo, do problema dos

braços para a lavoura, isto é, o aumento natural e progressivo, o crescente bem-estar e prosperidade da população agrícola.

Trouxe isto para mostrar que o Norte no seu congresso não pediu braços, nem lembrou-se dos chins; entretanto o Norte está vendendo todos os seus escravos, está alimentando o mercado de escravos no Sul, por um tráfico espantoso e deplorável.

Quem quer então os chins? O Sul? Mas no congresso agrícola, onde a idéia da vinda dos chins foi aventada e discutida, não houve manifestação coletiva do congresso em favor da imigração chinesa; ao contrário, homens eminentes manifestaram-se contra essa imigração. Eu citarei uma opinião, dos Srs. Cristiano Ottoni, Visconde de Prados, Barbosa de Andrade e Rodrigues Andrade, como representantes dos lavradores de Juiz de Fora e Paraíba do Sul, que disseram (lê):

“Fazer a importação de grande massa de maus obreiros, de costumes grosseiros, sem o influxo do trabalho benéfico de uma civilização já adiantada, e assemelhando-se em tudo ao barbarismo africano, é uma idéia triste que pode medrar em pequenas colônias bem policiadas, onde apenas se tornam *máquinas animais*, em vez de cidadãos de um país hospitaleiro. Está claro que se repelem de antemão os *coolies*, que podem tornar-se, sem o freio da escravidão e o temor do azzorague, um elemento dissolvente da ordem e do bem-estar da família agrícola”.

O Sr. Cristiano Ottoni, que não é suspeito, aos lavradores, acrescentava estas palavras, que no fundo contêm quase que toda a verdade sobre esta questão (lê):

“Suponha-se, para figurar um caso extremo, que um milagre da Divina Providência faz desaparecer os nossos 1.200.000 ou 1.300.000 escravos atuais, substituindo-os por igual número de *coolies*; em que terá melhorado o nosso estado, se nos afirmam que eles aqui vêm somente a fim de buscar salário por alguns anos e retiram-se depois? Iremos sempre importando novos *coolies* para substituir os que saem? Mas como este gênero de colonos veda a entrada de outros, nossa população ficaria estacionária; e aquela eterna importação de trabalhadores seria uma segunda edição da escravatura, pior que a primeira, porque a raça é inferior”.

“Se, porém, contra a expectativa, se cruzasse com a nossa uma raça reconhecidamente desmoralizada e degenerada, que pátria legariamos a nossos filhos?”

O que é curioso é que quando se espalhou essa notícia no congresso agrícola, com relação à vinda dos *coolies*, os membros do congresso não sabiam exatamente do que se tratava. O que muitos lavradores do Sul querem não é a

imigração chinesa; nenhum deles falou nela, nenhum tinha confiança nela. O que eles queriam eram *coolies*, chins contratados para o trabalho agrícola na China, e cujos contratos como em Cuba e no Peru, constituindo uma escravidão temporária, fossem garantia para a aquisição de braços para a lavoura.

O que os membros do congresso queriam eram chins obtidos por meio de contrato, esse sistema chamado tráfico de *coolies*, e não a imigração espontânea dos chins para o Brasil. Felizmente, porém, a China, de acordo com a Inglaterra e os Estados Unidos, fez parar esse tráfico, por honra da humanidade; esse tráfico que se fazia para Cuba e para o Peru já não existe. Não se trata mais, Senhores, de chins obtidos por contrato, nos portos da China; que eram embarcados, reduzidos a uma verdadeira escravidão da qual só achavam salvamento atirando-se ao mar, ou fazendo desordens a bordo para apoderar-se do navio, ou incendiando as embarcações no mar alto. O que é possível na atualidade é a imigração chinesa, como a dos russos e dos alemães; só é possível fazê-los vir com plena liberdade, sem compressão de ordem alguma. Os membros do congresso agrícola não viram que este é o ponto principal da questão, como exporei dentro de pouco tempo; o que eles queriam, o que pediam para que a nossa raça não ficasse deteriorada e a nossa sociedade contaminada pelos vícios dos novos colonos, é que se fosse muito severo, muito escrupuloso, em reexportá-los.

A este respeito dizia um amigo meu, o Sr. Pais Leme (lê):

“É necessário reexportá-los e ser severo no pensamento dessa reexportação”.

A Câmara vê do que se tratava. Tratava-se do chim que viesse por um certo número de anos. Ele não poderia permanecer no País, mas a nossa Constituição, as nossas leis, não permitiriam semelhante arbítrio, que se fizesse embarcar um homem livre para um destino que ele não quisesse ter.

O Sr. Galdino das Neves – Pelo que os Estados Unidos estão-se vendo em grande embaraço.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Assim, Senhores, quando se falava no congresso agrícola na vinda de chins, não se fazia referência à imigração chinesa livre e espontânea; tratava-se do sistema chamado tráfico dos *coolies* por meio de contratos e até pedia-se a modificação do projeto de locação de serviços, porque a atual lei veda semelhante tráfico, porque permite que o contrato seja rescindido pelo locador, depois do desembarque.

Mas, para mostrar como no congresso agrícola se desprezavam pontos importantes, princípios invioláveis de justiça social que um homem de Estado não tem o direito de desprezar, para mostrar como ali se era favorável à introdução dos chins, reconhecendo-se todavia que ela seria para nossa raça uma verdadeira degradação, que não se tratava de colonização fecunda, mas da aquisição de *máquinas animais* para trabalho; lerei o que o atual ministro de

Estrangeiros, então membro desse congresso e de uma comissão especial de lavradores de São Paulo, escreveu com os seus colegas da lavoura sobre a tentativa que estava reservada a S. Ex.^a encetar.

Chamo a atenção da Casa para as palavras do nobre ministro de Estrangeiros; elas mostram a que ponto pode chegar o amor pela importação dos *coolies*, porque a lavoura de São Paulo mostra querê-la a despeito de toda a evidência, que ela mesma confessa, dos funestos efeitos para o nosso país, moral, física, econômica e socialmente falando dessa imigração asiática.

Dizia a comissão paulista...

A Câmara há de notar a deplorável contradição que há entre as primeiras frases e as últimas; é para isso mesmo que chamo a sua atenção (*lê*):

“Se o País necessita de população estrangeira para desenvolver todas as indústrias e especialmente a agricultura, que é a nossa principal, é contudo inquestionável que muito se deve ter em vista, raça, origem, caráter e costumes dos povos que têm de conviver no seio da nacionalidade brasileira, porque antes de tudo precisamos retemperar nossa energia e estimular o trabalho para moral e para liberdade. Ora, há povos, como os indiáticos, cujo contato seria um elemento de regresso à nossa civilização e um prolongamento do baixo nível moral que os caracteriza tristemente. Se bem que espíritos cultos e observadores tenham demonstrado à evidência a alta inconveniência social da introdução dos *coolies* no País, cujo caráter subserviente e imoral há de contaminar a nossa população e afastar imigrantes de procedência européia, julgamos contudo de rigoroso dever externar com franqueza esta opinião: que podem eles prestar serviços à lavoura e ser aceitos como um meio de transição”.

O nobre ministro, por conseqüência, e a comissão do congresso agrícola mostravam que os chins não poderiam deixar de *contaminar a nossa população*, que o seu *caráter subserviente e imoral* havia por força de afastar imigrantes europeus, que eles haviam de imprimir à *nossa civilização um movimento de regresso, de prolongar aqui o baixo nível moral que os caracteriza*, e contudo acrescentavam que eles viriam prestar um serviço à lavoura e que, portanto, deveriam ser aceitos como meio de transição!

O Sr. Felício dos Santos – Não há nada que seja absolutamente mau; eles por força hão de ter também a sua vantagem.

O Sr. Galdino das Neves – O que é necessário é ver se esta vantagem compensa o mal.

O Sr. Moreira de Barros (ministro de Estrangeiros) – E se há outro meio, que nos dêem, e nós aceitaremos.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, eu provei que no congresso agrícola do Norte não se pedia chins; provei que no congresso agrícola do Sul representantes da lavoura de importantes municípios não pediam chins; provei que vozes eloqüentes se tinham manifestado no congresso agrícola...

O Sr. Moreira de Barros (ministro de Estrangeiros) – Não de agricultores.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... contra os *coolies*, e que o nobre ministro de Estrangeiros, representando a lavoura de São Paulo, se queria chins, não desconhecia os inconvenientes que dessa imigração proviriam para a moralidade do País e para as raças que o povoam, assim como para a dignidade do trabalho livre que se deve ensaiar entre nós.

Estou apenas acumulando os elementos, dos quais mais tarde quero tirar a evidência irrecusável.

Mas, Senhores, esses chins teriam provado bem? Vejamos. Os *coolies* são reclamados como meio de transição da escravidão para o trabalho livre; notem, porém, os nobres deputados que o que se chama transição para o trabalho livre não é ainda o período em que o trabalho escravo acaba e o trabalho livre começa; é o período apenas em que se fez uma lei que dentro de 50 anos talvez ainda não terá acabado a escravidão.

O Sr. Moreira de Barros (ministro de Estrangeiros) – Oh!

O Sr. Felício dos Santos – Não chega lá.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não chegará talvez, eu espero mesmo, porque o movimento abolicionista há de acelerar-se quando a escravidão estiver tocando ao seu termo; mas a lei de 28 de setembro permite a escravidão, ou, o que é o mesmo, a servidão dos ingênuos criados por ela, até além de 50 anos.

Não se pode chamar período de transição, Senhores, um tempo em que a escravidão está em toda a sua força, em que os senhores estão ainda armados de todos os poderes e direitos excepcionais que possuem sobre os escravos. O período de transição é o que há de seguir-se à emancipação dos escravos, que pode realizar-se muito antes, mas que, em virtude da lei atual, tem ainda diante de si, como constituição do trabalho agrícola, pelos escravos atuais e seus filhos ingênuos, mas obrigados ao trabalho até aos 21, 30 ou 40 anos. (*Não apoiados.*)

Mas têm os chins provado bem?

Nós temos a Califórnia. Devo dizer que os chins que vão para a Califórnia, que a corrente de imigração chinesa que se tem estabelecido entre a China e os Estados Unidos não deve ser confundida um só momento com a corrente de *coolies* que se estabeleceu da China para Cuba e para o Peru. A Câmara não deve um instante confundir o que se chama a imigração livre de

chineses para a Califórnia com o que se chama o tráfico dos *coolies* feito entre Cuba e o Peru de um lado e a China do outro.

Senhores, o nobre presidente do Conselho citou-nos aqui opiniões do Congresso americano e algumas opiniões muito favoráveis ao trabalho chinês na Califórnia.

Realmente não se poderá sem injustiça negar aos chins aptidões que eles têm em maior grau; não se lhes poderá negar habilidade, paciência, constância, uma excessiva sobriedade, e todas essas qualidades que os habilitam, na luta pela vida, a subjugar as outras raças.

“Mas os perigos da emigração chinesa para a Califórnia são exatamente os que nós devem abrir os olhos sobre a natureza dessa imigração.

Hoje a Califórnia, que não se deve confundir com o resto dos Estados Unidos, porque ela é um Estado do Pacífico, afastado milhares de milhas de Nova Iorque, apenas ligado à Nova Inglaterra pelo imenso caminho de ferro do Pacífico, hoje a Califórnia não tem outro desejo que não seja emancipar-se desse elemento, que é chamado na Austrália – agonia amarela.

Nós já tínhamos a febre amarela; havemos de ter por cima, não como na Austrália – a agonia –, mas a morte amarela?

Os chins da Califórnia monopolizaram, como não podiam deixar de monopolizar, uma imensidade de ofícios, e afastaram geralmente da concorrência um número dobrado talvez de operários brancos, porque o salário com que eles se contentam é insuficiente para homens de outra educação, de outra moralidade, de outras necessidades pessoais, filhos de uma outra civilização.

O chim emigra só; a proporção de mulheres para homens é excessivamente diminuta.

O Sr. Galdino das Neves – É de uma para quinhentos; foi o que aconteceu nos Estados Unidos.

O SR. JOAQUIM NABUCO – No país aonde ele vai, o que seria para outros homens uma privação constante, é para eles um bem-estar que não poderia realizar no seu. Ele contenta-se com um salário diminutíssimo, porque essas qualidades morais que fazem com que o europeu ou seu descendente exija um salário elevado, ele não as tem; ele respira, dorme, habita em verdadeiros focos de infecção, onde nenhum de nós poderia, sequer, penetrar. Onde pára, afasta de si tudo que é trabalho independente, livre e nobre; e assim não admira, Senhores, que os chins tenham tido na Califórnia uma verdadeira prosperidade. Mas a prosperidade da raça mongólica cria em toda parte o monopólio; afasta a emigração, degrada o resto do país e aquele Estado tem feito tudo para libertar-se da invasão pacífica que o vai pouco a pouco conquistando.

A Califórnia, porém, Senhores, ainda nada conseguiu, porque os Estados Unidos, zelando a fê dos seus tratados e os princípios da sua formação social que sempre defenderam, entendem que o acesso de seus portos e de seus territórios deve ser franco a qualquer raça, seja qual for a sua cor...

O Sr. Almeida Couto – Tem tirado imensa vantagem dessa colonização.

O Sr. Galdino das Neves – Nenhuma. (Há outros apertes.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Os Estados Unidos não conhecem – onde se forma a opinião americana, no Norte e no Sul – a situação especial do Estado da Califórnia, que em tudo é diversa da dos outros Estados, até mesmo nessa Constituição que acaba de decretar para si no meio da indignação mesmo da Inglaterra; os Estados de leste não conhecem de perto praticamente o que é a ocupação lenta, gradual, mas inevitável, do seu solo, das suas indústrias, do seu trabalho pelos chins, a princípio desprezados e hoje temidos; não sentem, como haviam de sentir se os chins fossem estabelecer-se em Boston, em Nova Iorque, em Filadélfia, o que é essa concorrência que assusta irresistivelmente a Austrália e a Califórnia, onde, aliás, a raça é mais enérgica do que a nossa; e por isso, Senhores, os Estados Unidos ainda não puseram termo à onda asiática.

Isto é o que tem sido a imigração chinesa na Califórnia.

Não quero abusar da paciência da Câmara, e por isso não me demoro em cada um desses pontos; mas para saber-se o que são os chins nos Estados Unidos basta abrir-se um livro, que foi largamente distribuído, o relatório do Sr. Dr. Nicolau Moreira, que foi citado pelo Sr. Felício dos Santos e por outros que se têm ocupado deste assunto, tanto no congresso agrícola como nessa Câmara. A esse relatório vem apenso o discurso do Sr. Sargeant, senador da Califórnia, no Senado americano, em que os chins foram descritos com todas as suas imoralidades, com todas as suas infâmias, com as degradações da vida que levam, com os seus hábitos abomináveis, com as suas justiças secretas, com os seus contratos que não aparecem, mas que existem e que os tornam verdadeiros escravos, contratos de toda a ordem, contratos de serviços, como contratos de prostituição; os chins tais como eles existem na Califórnia.

Na Austrália, Senhores... Se há um país que seja modelo de todos os outros pela sua colonização; se há no mundo um território reservado para grandes destinos pelo modo por que começou a sua povoação; se há um continente há pouco desconhecido que possa pretender, em um tempo não muito remoto, a uma civilização tão adiantada ou mais adiantada do que a civilização dos outros, é a Austrália. Pois bem: os chins infeccionaram a Austrália por tal forma, tornaram-se tão antipáticos, tão abomináveis, tão contrários a toda a população da Austrália, que esta nem mesmo os recebe mais.

O Sr. Galdino das Neves – Impõe uma multa de 200\$000 a cada um.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre ministro sabe muito bem que as leis da Austrália, sobretudo as leis de Queensland, marcam um imposto de 10 libras esterlinas a cada chim que imigrar; mas, como o chim pode facilmente encontrar na Austrália quem lhe adiante essas 10 libras esterlinas, o governo de Queensland exige que essas libras sejam depositadas pelo dono do navio, pela totalidade dos chins embarcados, para que lhes seja permitido desembarcar.

O imposto deu em resultado impedir a imigração chinesa, porque, não podendo ir de Hong Kong à parte mais setentrional de Queensland, como vejo em um trabalho sobre a Austrália, cada chim, por menos de 30 libras, isto é, por menos de 300\$, ninguém importa mais chins.

Além disso, o governo da China proibiu os contratos, e o chim não pertence, para ir de moto próprio a um país longínquo, tentando uma fortuna incerta, a essas raças imigrantes, como a inglesa e a alemã, que vão à sua custa procurar novas pátrias onde possam prosperar, e tanto não pertence que há milhares de anos que eles se acham por assim dizer defronte da Austrália sem que tenham pensado em ir povoá-la, e somente lá foram levados por uma raça mais exploradora, que os tomou como elemento de trabalho.

Aonde há mais chins?

Em Cuba e no Peru houve realmente o tráfico dos *coolies*, mas o que foi a introdução dos *coolies* em Cuba? Tem dado bons resultados? Tem dado deploráveis, péssimos resultados. (*Apoiados.*)

Eu vou ler o que dizia um homem que foi governador de Cuba, o Marechal Serrano, que é uma autoridade de primeira ordem.

Dizia o Marechal Serrano (*lê*):

“Quanto à colonização asiática nada posso dizer de novo, tenho-a combatido pública e energeticamente desde que tive ocasião de apreciar os abusos, aos quais deu lugar abusos semelhantes ao do tráfico africano. A colonização asiática, como é feita hoje, apesar dos regulamentos, é uma escravidão temporária, com todos os inconvenientes da escravidão perpétua. Qualquer que seja o meio de fazê-la, será sempre um mal para a ilha de Cuba, onde todos os esforços devem tender muito tempo a assegurar o predomínio da raça branca, e onde a imistão de uma terceira raça, antagonista às que existem iguais em número, só pode levantar uma nova nuvem no horizonte, infelizmente ainda muito escuro na nossa desgraçada Antilha”.

Não preciso escudar-me em opiniões a este respeito, porque elas são conhecidas de todos que têm visitado a ilha de Cuba.

O meu distinto amigo, o Sr. Pais Leme, dizia:

“Na ilha de Cuba encontramos diverso quadro [comparando-o à Califórnia]. Ali vimos centenas de chins em alguns engenhos, todos eles pálidos, maltrapilhos e desconfiados”.

A Câmara sabe que cenas tristes passavam-se em Cuba com a chegada desses indivíduos; eles eram quase todos obtidos por contratos fraudulentos, porque se lhes mentia, se lhes fazia crer, ocultando-lhes a depreciação da moeda, ou a carestia da vida, que o salário era mais que suficiente para as suas necessidades, se lhes encobria a natureza da escravidão a que iam ser sujeitos, e

quando chegavam a Cuba eram postos em grandes depósitos, e aí os seus contratos eram vendidos, eles praticamente escravizados, sem socorro, sem esperança.

O Sr. Galdino das Neves – Eles prestam-se a tudo; pelo contrato obrigam-se até a apanhar pancada. (*Riso.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – É por forma tal assim que a experiência dos *coolies* fez que um homem, que já foi citado nesta casa pelo Sr. Felício dos Santos, dissesse estas palavras que julgo necessário reproduzir no meu discurso, hoje que se discute praticamente a vinda dos chins, palavras que já foram aqui lidas. Refiro-me ao Sr. Paul Leroy-Beaulieu:

“No ponto de vista moral, a imigração está julgada; é um expediente deplorável que mina as bases da sociedade colonial, que justapõe populações inteiramente diversas e sem interesse comum, que inocula os vícios asiáticos nas possessões européias, que *mil vezes pior do que a escravidão transforma as colônias em uma sentina abjeta*”.

Pois bem, Senhores, há ainda o Peru. O Peru não está nas mesmas condições de Cuba; não tem escravos. Podia-se dizer que em Cuba os chins eram reduzidos à escravidão, porque trabalhavam ao lado de escravos. Não querendo os senhores da plantação fazer uma distinção qualquer no modo de tratá-los, entre os assalariados e os escravos, sujeitava os engajados chins ao mesmo rigoroso tratamento adotado para os cativos africanos.

Podia dizer-se isto de Cuba: mas no Peru não há escravos; entretanto os chins importados pelo Peru, segundo o sistema chamado tráfico dos *coolies*, transformaram-se em verdadeiros escravos.

Um ministro americano escrevendo ao Governo de Washington, depois de uma visita feita a várias plantações, dizia que os chins eram verdadeiros escravos, e a China teve por tal forma de considerar a situação dos seus nacionais que proibiu que um só fosse exportado para o Peru. Foi por isso que quando o governo peruano fez um contrato com uma casa forte de Hong Kong, de Olyphant & Comp., para a introdução de *coolies*, o navio partiu realmente de Hong Kong para Calhau, mas chegou sem um imigrante, porque o governo inglês tinha proibido a saída de chins de Hong Kong, como o governo português a proibira de Macau e o Celeste Império de qualquer dos seus portos.

A experiência nos diz, Senhores, que os chins em todos os lugares onde têm sido introduzidos, em toda a parte para onde têm sido levados, no fim de pouco tempo são julgados incompatíveis, inconciliáveis com as raças estabelecidas, e estas raças tratam por uma forma ou por outra, ou por esse imposto protecionista lançado sobre a raça amarela na Austrália, ou por essas subvenções e esses tumultos populares que se repetem na Califórnia, de repelir aquilo que, como foi bem dito pelo Sr. Sargeant, e repetido nesta câmara, pelo Dr. Nicolau Moreira no seu relatório, “é uma pedra, que não se pode assimilar, no estômago de qualquer nação estrangeira”.

Sendo assim, tendo eu tratado sumariamente, sem querer abusar da paciência da Casa, porque sinto quão penoso é fazer-me ouvir a esta hora por um tão pequeno número...

O Sr. Buarque de Macedo – V. Ex.^a é ouvido com prazer.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... tendo exposto a triste experiência da imigração chinesa onde foi até hoje tentada, dirijo-me ao nobre ministro de Estrangeiros para perguntar: Que chins são estes que o nobre ministro e o nobre presidente do Conselho querem trazer para o Brasil?

São chins que hão de vir por contrato? Chins que sejam obtidos por alguma companhia nas cidades chinesas? O Governo deve evitar a si mesmo e ao País o desgosto de entrar em semelhantes negociações, sobretudo de assumir responsabilidades superiores às suas forças. Eu tenho aqui o tipo dos últimos tratados feitos com a China; tenho o tipo do tratado feito entre a China e a Espanha, para o qual a China pedia a garantia do governo americano.

Pelos artigos deste tratado a emigração do cidadão chinês é declarada livre; o direito que ele tem de sair do seu país, respeitado; mas os chamados contratos são severamente punidos. Estes contratos deram lugar, em toda parte onde foram feitos, aos maiores abusos e a infâmias tão grandes que o povo de Cantão, se bem me recordo, foi levado a decapitar 18 chins, agentes de emigração chinesa, da Espanha ou do Peru, por serem cúmplices de semelhante pirataria. Semelhantes contratos, pela nossa lei de locação de serviços, logo que os chins chegassem a este país, no primeiro mês da sua estada podiam ser rescindidos. Nisto foi muito cautelosa a nossa lei de locação de serviços, em que pese aos seus impugnadores, nesta parte, porque contratos feitos por homens que desconhecem as condições de salubridade do lugar para onde vão ser levados, que desconhecem o valor da moeda, natureza do serviço que se lhes exigem, que são obtidos quase sempre por fraudes vergonhosas, não podem ser tolerados senão podendo ser rescindidos no momento em que os contratados tiverem conhecimento das condições reais em que vão achar-se colocados.

O nobre ministro de Estrangeiros não pode querer que nós vamos fazer estes contratos na China e tornar o Governo garante de todas as transações dessa espécie. Seria trazer para o seu país um período que felizmente já passou, o período em que a Secretaria de Estrangeiros vivia sempre cheia de reclamações feitas pelos ingleses, contra o tratamento dado aos africanos livres; seria reabrir a era das acusações severas que eram diariamente levantadas contra nós, quando se acusava este povo de prosperar e enriquecer, não pelo seu trabalho mas por um verdadeiro tráfico de carne humana.

Pretende ou não, Senhores, pergunto eu, o Governo introduzir nas nossas leis as modificações que sejam precisas para salvar a responsabilidade do Estado em qualquer abuso que se possa porventura dar, se for adotado o regime dos contratos de serviços feitos na China?

Pretende ou não o Governo apresentar a mesma lei que os Estados Unidos foram obrigados a adotar, punindo com as penas as mais severas o chamado *tráfico dos coolies*?

Eu tenho aqui a lei americana que considera um crime armar-se navios destinados ao tráfico dos *coolies*. A lei americana julga nulos todos esses contratos, ao passo que não impede a imigração voluntária de súditos asiáticos.

Estará também o Governo preparado, Senhores, em um país onde há a escravidão, onde nos será lançado em rosto que o chim importado trabalha nas fazendas a par do escravo, para salvar a nossa responsabilidade perante o mundo, para garantir à China que os seus nacionais praticamente não serão sujeitos nas fazendas ao regime da escravidão?

Suponho, como disse quando me ocupei deste assunto, que o plano do nobre presidente do Conselho será ou um grande fiasco ou um grande perigo. Inclino-me a crer que será um grande fiasco, porque, executados com boa fé e lealdade os tratados que fizemos com a China, desinteressando-nos de toda e qualquer empresa, que se possa fazer nas cidades do Celeste Império para a remessa de *coolies*, punindo o tráfico de asiáticos, os contratos de imigração, só virão, Senhores, aos nossos portos legitimamente os que hoje podem vir; mas esses homens empreendedores, que deixarem o seu país pelo único desejo de encontrar uma pátria melhor, não irão procurar o trabalho do campo, para o qual não são os mais aptos; não é aí que eles podem tentar a fortuna, com mais probabilidade de sucesso; não é na cultura dos produtos tropicais que eles hão de vencer o operário nacional; é nas cidades, é nas cidades que encontrarão campo vasto e aberto diante de sua indústria, é nas ruas desta capital que eles se estabelecerão.

Alguns foram para o campo em outros países, mas com relutância, deixando as cidades como Sidney e São Francisco.

Os chins que podem vir para o Brasil, se não houver um novo tráfico, são homens como os há em todas as raças, que levados pela ambição de melhorar a sua vida, em qualquer parte do mundo, por mais distante que seja, e a China está muito longe do Brasil, vão buscar não exatamente maior conforto, mas somente trabalho mais certo, um meio de subsistência mais fácil, do que poderiam achar no seu país onde o excesso de população torna precário, difícil o dia seguinte, áspera a sustentação de cada um. Esses imigrantes depois de terem atravessado ou o cabo Horn ou o canal de Suez, ou o istmo do Panamá, não se condenarão ao chicote do feitor nas fazendas de café ou nos engenhos de açúcar; não precisam habitar a senzala dos escravos; eles podem fazer mais, apoderar-se logo das ruas desta cidade, monopolizar dentro de pouco tempo muitos ofícios, como monopolizaram o de sapateiro em São Francisco e o de marceneiro em Sidney...

O Sr. Galdino das Neves – Para os galinheiros é que eles são bons. (Riso.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre presidente do Conselho disse no congresso agrícola uma frase que já comentei; desde aquele dia eu senti que

S. Ex.^a e eu achávamo-nos colocados nos pontos os mais opostos, quanto a aspirações políticas, quanto à compreensão do que deve ser a missão do Partido Liberal. S. Ex.^a serviu-se desta frase, depois de se ter referido à homogeneidade do Gabinete de 5 de janeiro (lê): “Em nosso programa de governo e administração nada se há de antepor à consolidação da liberdade política e aos meios de evitar a decadência da grande propriedade”.

Esta frase, como tantas outras, do nobre Presidente do Conselho, dá bem a medida das aspirações sociais e políticas do seu Ministério; sinto, Senhores, achar-me em diametral oposição a essa política.

Quanto ao meio de consolidar a liberdade política, nós já sabemos qual é: é essa lei eleitoral que S. Ex.^a fez passar nesta Câmara e que está esperando ansiosamente do Senado, lei que nos está dando triste reputação entre a opinião liberal do mundo; ainda há pouco eu vi, em um dos periódicos diretores da opinião nos Estados Unidos, uma censura ao Partido Liberal. acusado de ter um amor tão desordenado ao poder que chegou a reduzir-se a ser o instrumento de uma reforma que vai tirar o direito do voto a milhares de cidadãos brasileiros. Foi este o meio de que serviu-se o Governo para consolidar a *nossa liberdade política*.

Mas esse não é o único; ele tem usado de outros meios, entre os quais o de ter votado esta Câmara, as suas discussões, as suas exigências, as antigas deferências que os ministros sempre tiveram para com ela, a um desdém, que certamente até hoje não se tinha afetado pelo ramo popular do Poder Legislativo, e que contrasta todos os dias com o que se passa no Senado, cujos votos são obedecidos, cuja vontade é lei, ao qual não faltou nenhuma atenção, nem mesmo a demissão de um ministro de Estado; para o qual há todas as deferências, o que não censuro, e só trago para contraste com o procedimento havido com a Câmara.

São estes os meios de que serve-se o Gabinete de 5 de janeiro para a consolidação da nossa liberdade política.

O que significa, porém, o programa ministerial de impedir a decadência da grande propriedade? Será a execução desse compromisso este projeto de crédito? Houve a princípio um projeto de lei que felizmente foi condenado a uma vida breve, suponha, apresentado pelo nobre ministro da Justiça, no sentido de alterar a penalidade imposta aos escravos criminosos. Esse projeto desapareceu, e o Governo não coloca sequer na ordem do dia.

Quais são os outros meios, porém, com que o nobre presidente do Conselho pode contar para impedir a decadência da grande propriedade? Até hoje não vimos nenhuma lei de morgados, nem que o Gabinete liberal se tivesse aventurado a modificar as nossas leis de sucessão. Como quer S. Ex.^a pois impedir a decadência da grande propriedade? O que está nas mãos do Governo para impedir essa decadência? Se da ação legislativa pudesse vir alguma coisa nesse sentido, o que deveria o Ministério liberal fazer, não são leis em favor da grande propriedade, que o nobre presidente do Conselho comparou a essas imensas florestas que protegem os pequenos arbustos...

O Sr. Galdino das Neves – Às vezes mata também.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... são leis no interesse da pequena propriedade; de proteção para tantos milhares de homens, atualmente sem direito, sem dia seguinte nas casas pelas quais transitam, para não dizer que habitam, no meio do grande feudalismo territorial que cobre grande parte do País.

O Sr. Galdino das Neves – Esses é que precisam de auxílio, é a pequena cultura.

O Sr. Felício dos Santos (ao orador) – Entretanto, o nobre deputado aceita os bancos subvencionados pelo Estado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não os aceito; onde viu isso o nobre deputado?

O Sr. Felício dos Santos – Estimo muito; é uma contradição que eu não poderia explicar.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Tendo eu, Senhores, exposto mais ou menos as objeções que faço à vinda dos chins, permitir-me-á a Câmara considerar alguns outros inconvenientes dessa vinda.

Já notei o grande inconveniente de uma população transitória, de uma população que, segundo a opinião do congresso agrícola, não faria senão levantar as suas tendas em nosso país, que deveria constantemente renovar-se, que, apenas terminado o seu tempo de contrato, ver-se-ia na obrigação de voltar com as economias ou sem recursos ao ponto do qual tivesse partido; já mostrei, por outro lado, os inconvenientes da adaptação ao nosso país de uma raça por todos os motivos incompatível com a sua população, e destinada, como vou agora provar, a sobrepujar qualquer outra em todos os pontos onde por algum tempo viveram juntas.

Senhores, minha atenção foi chamada por um artigo escrito sobre o problema chinês em uma revista americana, a *North American Review*, pelo Sr. Dee.

Deixando de lado o que pudesse haver de sentimentalismo de raça nesta questão e o que pudesse parecer mesmo a face econômica do problema, o escritor procurava provar como o chim fatalmente, na luta da vida, tende a dominar as raças entre as quais se estabelece.

Sabe a Câmara por que motivo o chim é mais feito para a luta da vida do que as raças superiores do Ocidente? qual a razão por que o chim, que, apesar do seu exército computado em um milhão de homens, e da sua marinha avaliada em milhares de navios, submeteu-se ao primeiro aceno, à primeira ameaça das potências ocidentais, que depois incendiaram Pequim, está todavia

destinado a adquirir o domínio perpétuo dos lugares onde permanecer por um largo período?

Senhores, no congresso de Berlim, o Conde Schouvalov não pôde deixar de chamar a atenção das potências européias para o que se lhe afigurou uma invasão mongólica; não sei se o perigo é real para o Ocidente; se com a ação dos séculos, espalhando-se como se têm espalhado, os chins não irão ocupando, pouco a pouco, os espaços que ainda separam a Europa da Mongólia. Se o Ocidente lhes está, porém, aberto, o que não dizer do Oriente para onde eles estão sendo levados por mar, desses países distantes onde eles se têm ido estabelecer? É infelizmente certo que, se eles forem aí permitidos e, muito mais, se forem desejados, tornar-se-ão os senhores do lugar; e por quê? Porque na luta da vida o chim acha-se preparado com relação ao europeu tão favoravelmente como o europeu se achava preparado com relação aos selvagens do novo continente. É aqui que sigo a argumentação do escritor a que me refiro.

Uma das razões, pondera ele, pelas quais o selvagem teve que desaparecer diante do europeu que invadia o seu território é que o europeu tinha muitos meios de alimentação, e o selvagem muito poucos.

Ora, Senhores, diz esse artigo, o chim é de todos os homens o mais onívoro, o que é muito, e o mais sóbrio, o que é tudo. Ainda há pouco estava eu lendo uma descrição de Pequim e vendo os pratos que os restaurantes daquela capital servem aos seus hóspedes; no sítio de Paris não houve desses jantares, em que as carnes de gato, de cão, de rato são as principais iguarias. Não há nada de que o chim não se alimente; ele aprendeu por uma longa experiência, como povo, a comer tudo, a tirar meios de subsistência de tudo.

Esta qualidade da raça chinesa torna-a, em todos os pontos onde ela habita, muito apta para resistir à esterilidade do solo ou à carestia ou à diversidade dos alimentos; mas não é por ser tão extraordinariamente variado na sua alimentação que o chim é pior concorrente na luta pela vida; é, pretende a revista, cuja argumentação estou acompanhando, pelo que me lembra, porque de todos os povos é o mais sóbrio, aquele que se contenta com menos, aquele que onde outros achariam meio de morrer de fome, acha o seu bem-estar, aquele finalmente, segundo diz um outro escritor que estudou o problema chinês, não na Califórnia mas na Austrália, que considera um período de privações intoleráveis para qualquer outra raça como fazendo parte necessária de qualquer negócio.

Capaz de aumentar os recursos da alimentação do nosso país, tanto, ou, senão, quase tanto, como as raças européias que para ele emigrassem, e mais do que as raças que nela habitam, o chim tem, sobre todas essas vantagens, de poder fazer uma economia aonde elas forçosamente fazem um desperdício.

O Sr. Felício dos Santos – É exato.

O SR. JOAQUIM NABUCO – E se a lei de Malthus é lei verdadeira; se o homem em toda parte multiplica-se, como ele diz, na progressão geométrica, sempre mais depressa que os meios de subsistência, que vão na progressão

aritmética, os chins, aplicando ao Brasil a argumentação do Sr. Dee, de todos os que podem vir para a concorrência da vida, são aqueles que mais mal nos podem fazer, porque, ao passo que hão de multiplicar a nossa produção, podem fazer uma economia de subsistência, uma economia de alimentação, que nenhuma outra raça pode fazer. É por isso que, por exemplo, quero ainda aproveitar-me de uma parte da demonstração do Sr. Dee, aplicando-a ao Brasil. O negro e o branco, vivendo misturados socialmente durante séculos, o sangue preto naturalmente tenderá a ser eliminado no sangue branco, ou a desaparecer, cedendo essa raça o campo a outra mais preparada para a luta da vida, porque, como muito bem diz o escritor a quem me refiro em toda esta parte do meu discurso, o negro tem a alimentação abundante do selvagem, tem a mesma despreocupação do dia seguinte, e não aprendeu a preparar-se para ele senão no regime de descuido pessoal, de abandono, de confiança nos outros, que se chama escravidão.

Senhores, eu trouxe estas razões propriamente fisiológicas para mostrar que fatalmente, dada a coabitação por algum tempo, por exemplo de 400.000 chins, que se importassem para o Rio de Janeiro ou para São Paulo, e de 1.000.000 de brancos e 2.000.000 de pretos, a seleção podia ser lenta, as lutas podiam ser horríveis, podiam formar-se ódios invencíveis, mas o tipo mongólico havia de predominar, e só nos restaria calcular o tempo em que a nossa civilização progressiva e ocidental teria que tornar-se uma civilização imóvel e asiática. (*Há um aparte.*)

Não receio isto por ora, mas, quando falei aqui a primeira vez, eu disse que Salvador Correia de Sá, ao mandar vir os primeiros africanos não julgava que ia lançar no caráter do nosso povo, no modo, por assim dizer, por que se está desenhando o futuro da nossa pátria, um elemento tão permanente, tão constante, tão funesto, como foi a escravatura.

Realmente os primeiros chins serão poucos, mas se esses derem-se bem, hão de vir outros, e com eles há de vir a sua civilização, acabando por constituir-se para eles na América do Sul uma nova pátria. No princípio podia não acontecer assim, mas hoje onde eles vão fundam uma pátria chinesa.

O Sr. Galdino das Neves – O pior mal é excluir a colonização européia, de que temos necessidade.

O Sr. Moreira de Barros (ministro de Estrangeiros) – Mas por que é que se há de excluí-la?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, a sociedade brasileira e o Governo como seu representante têm diante de si problemas importantes.

Nós herdamos a escravidão que infelizmente, para nós, não pode acabar de repente; mas já que assim é, não seria mais próprio de homens de Estado, a quem não pode deixar de impressionar a sorte do nosso país e o futuro da nossa raça, tratar de desenvolver e proteger o trabalho livre, do que tentar prolongar a escravidão por meio dos chins, e sobretudo quando os seus

defensores confessam, como o fez o nobre Ministro de Estrangeiros, que o elemento *coolie* é imoral, baixo, servil, e que virá contaminar a nossa população, degradar o nosso país?

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – Esta sua questão mostra que V. Ex.^a não conhece o meu país.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nós temos uma grande população que realmente não trabalha. Como dizia o Sr. Aubertin ao Imperador, como se conta, não há falta de braços no País, o que há são muitos braços cruzados.

Há falta de braços para a lavoura? Se essa existe, não é que eles faltem realmente no País, mas sim, que os bons, os que são capazes de trabalho, não procuram a agricultura. Por que? Não será porque a escravidão impede esse desenvolvimento do caráter, da energia, das qualidades individuais nos países onde ela existe, da parte daqueles que não estão sujeitos a ela, os afasta daqueles trabalhos que são considerados servis?

Não se pode ter ao mesmo tempo trabalho livre e trabalho escravo; escravatura e imigração.

É preciso escolher. Confiar na escravidão ou confiar no trabalho livre. Sendo assim, Senhores, a verdadeira transição não são os chins; é uma sorte mais tolerável, mais fácil, que se deve proporcionar à família escrava, é por outro lado a educação dos ingênuos. É preciso dar aos que nascem livres, e que aos 21 anos hão de entrar no gozo da sua liberdade, por força da lei de 28 de setembro, uma educação apropriada, que não os inabilite para os deveres sociais que terão que desempenhar. E este Ministério que tirou o direito de voto aos libertos...

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – Tirou?!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Pela lei eleitoral do Governo os libertos perderam o direito de voto.

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – É uma novidade.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Está na sua lei (*apartes*). O nosso colega pelo Ceará, o Sr. Liberato, apresentou uma emenda para reparar essa falta, mas o fato é este.

Um Sr. Deputado – Foi uma omissão.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Omissão deplorável, mas para a qual se chamou a atenção dos autores do projeto.

Mas dizia eu, quando fui interrompido, o ministro, ou a Câmara liberal, que tirou o direito de voto aos libertos não o tirou todavia aos ingênuos, e não será tempo de pensar-se na educação, e de acautelar-se o futuro de homens destinados a fazer parte da sociedade brasileira?

Estas são as graves e importantes questões que afetam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e o Governo em vez de pensar, como está pensando, como criar o que será praticamente uma nova escravatura, se pensasse nos meios de conciliar com a vida agrícola a raça que hoje está empregada no cultivo do solo por força da escravidão e as novas gerações que vão nascendo livres, em dar à família escrava aquilo que todo o homem precisa para ter estímulos para o trabalho e para tornar esse trabalho fecundo; se, em vez dessa imigração de chins, tratasse de resolver corajosamente o grande problema, extinguindo a escravidão doméstica, tornando a escravidão real em uma espécie de colonato, vinculando o escravo atual ao solo, tornando-o meramente um servo da gleba, durante a transição que seria curta, abrindo um futuro na lavoura à raça que tem nela sido empregada como escrava, dando-lhe um interesse no solo, uma pátria no País; se tantas injustiças, que se opõem ao nosso progresso, fossem reparadas por meio de leis humanitárias, estou certo que o País obteria muito melhor resultado desse esforço viril, dessa melhor compreensão dos seus verdadeiros interesses materiais e morais, do que tentando renovar a fonte de tráfico, fazer com a Ásia o que se fez com a África, indo buscar uma escravatura amarela para misturá-la nas senzalas, nas roças, na família, com a escravatura negra.

Estou fatigado e confesso à Câmara que é difícil falar para muito poucos que nos ouvem por dedicação, quando o interesse desta longa sessão de nove meses está extinto. Todavia é no último dia da sessão ordinária que o Governo põe na ordem do dia o orçamento do Império.

É excessivo, Senhores, o trabalho que pesa sobre os poucos que se sentam nesta bancada para fazerem o que o nobre deputado pelo Rio de Janeiro chamou esta manhã o seu officio de oposicionista.

Confesso que nestas circunstâncias, se não fosse o País, muitos de nós não teríamos a coragem de sobrepujar o que há de desagradável nesse officio.

Há muitas idéias, Senhores, do que seja a Pátria. Para um a pátria é a província, com todos os seus interesses locais, como se além da província, acima da província, não houvesse o Brasil. Para outros a pátria é a raça a que se pertence, com tudo que esta fez no passado, qualquer que seja o seu futuro. Para outros a pátria é a extensão de terra que vai do Amazonas ao Prata, isto que se chama o território do Império. Eu não sei definir o que é pátria. É uma série de associações tão íntimas, tão estreitas, é um tecido tão admirável de sentimentos diversos, que não é só, nem deixa de ser, a raça a que se pertence, a terra onde se nasceu. Filho, porém, de Pernambuco, estudando a história dessa Província, cujos destinos atualmente são tão diversos do que foram no passado, porque a civilização veio do Norte, como em toda a América, e houve um tempo em que a hegemonia brasileira pertenceu a ela e à Bahia; estudando, dizia eu, a ocupação holandesa do Norte do Brasil, muitas vezes tenho pensado no que seria de toda aquela parte do País, e naturalmente pelo influxo de sua civilização adiantada o resto dele, se os brasileiros daquela época — talvez apaixonados demais, digo talvez, porque o sentimento de patriotismo, esse impulso que leva o homem a morrer pela pátria, está acima de qualquer análise

—, apaixonados talvez demais pela sua religião, pelo seu governo, pelo processo da sua formação social, pelo que lhe parecia ser a pátria, fazendo causa comum com a metrópole, não tivessem expulso à força de heroísmo os holandeses do seu solo. Eu imagino muitas vezes o que teria sido a sorte deste país se não fosse expulsa aquela raça ousada que no século XVII trouxe consigo os dois princípios a que ela deve a sua independência, dois princípios hoje tão desprezados pelo Governo liberal, a liberdade de consciência e a liberdade de comércio. Sim, Senhores, esses dois princípios, a raça holandesa os trouxe para esta terra no século XVII, quando eles não floresciam, por assim dizer, ainda neste continente; foi na costa de Pernambuco que essas duas liberdades foram primeiro acesas e que primeiro elas alumiarão, como as luzes cambiantes de um grande farol, os mares da América!

Pois bem; nós tivemos talvez essa possibilidade de sermos uma nação maior do que somos, mas nem a imigração africana, nem a imigração mongólica me inspiram a mesma simpatia. Uma ensaiada a princípio como um expediente inevitável foi a causa de todas as nossas desgraças, do estado precário do País.

Não foi a civilização vinda da África, como disse um estadista, mas foi a causa de todas as incertezas do futuro, de todos os males de que nos queixamos, e que afetam a família, a sociedade, a religião, a política, a organização econômica, porque a escravidão é a causa de tudo; a outra, a asiática está nascendo, obscura, indiferente, desprezada, hoje, neste recinto.

Os grandes rios nascem assim: quando eles brotam da terra, apenas se os vêem, são um fio d'água e depois vão aumentando e engrossando insensivelmente, a ponto de formarem um Amazonas, um Mississipi. É possível, Senhores, que esta nova tentativa, como tantas outras, seja uma grande decepção, o que eu desejo; mas é possível também que no futuro a imigração chinesa se desenvolva muito, e então o dia em que nas bancadas quase desertas desta Câmara está-se fazendo ouvir o nosso protesto contra esta mongolização do País será considerado uma data funesta para o País.

Por mais duro que me seja fazer este protesto, entendo que é do meu dever não evitá-lo, porque eu não me chamaria brasileiro se me ocupasse unicamente com o dia de hoje, com as necessidades do momento; se não tivesse um pensamento para o futuro desta pátria, que devemos deixar aos nossos sucessores mais próspera e mais livre do que a herdamos dos nossos antepassados. Pois bem, eu direi ao nobre Presidente do Conselho: — É o pensamento no futuro; é a vista longa do futuro que distingue o estadista. O estadista que trata unicamente de afastar os embaraços do presente, que não se importa nem com a degeneração da raça, nem com a degradação do trabalho, nem com a condição das classes operárias, nem com os perigos inevitáveis que hão de provir de ficarem sem solução no momento em que deviam tê-la os grandes problemas sociais; em uma palavra, que se torna o cúmplice dos preconceitos, dos interesses, das ambições das classes privilegiadas, no gozo imemorial de opressões clamorosas, em vez de considerar os direitos fundados na humanidade, na equidade, na justiça de todas as classes que compõem a

sociedade, de todos os homens que têm direito à mesma pátria... esse estadista pode ser um político, pode ter a satisfação de ter vencido todos os obstáculos, dar conta da missão limitada que se impôs; contentar-se com as honras que recebeu e com o espírito de que foi cercado, mas não comparecerá perante a história entre os grandes ministros que honraram os grandes países, porque para isto não só basta ter conhecimento prático, empírico das necessidades do presente, quando elas se manifestam, é preciso mais: é preciso o sentimento de um Richelieu, de um Cavour, de um Bismarck, de um Thiers; a preocupação pelo futuro do País e, entre nós, a grande ambição de apagar moral e socialmente o último dos vestígios da escravidão.

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – Não tem discutido o meu crédito.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Então o que tenho eu discutido?

O Sr. Olegário – Nenhuma palavra sobre ele.

O Sr. Moreira de Barros (Ministro de Estrangeiros) – O crédito nada tem com a imigração.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu estimaria saber, Senhores, que o nobre Ministro de Estrangeiros, com o seu crédito, tratando de abrir negociações com a China, não tem em vista a imigração chinesa; nós desejaríamos ter a este respeito explicações francas.

Para concluir, Senhores, eu direi: em toda a parte em que a imigração chinesa tem sido ensaiada tem encontrado alguma resistência invencível. É o sentimento da preservação social, o pressentimento da absorção irresistível, ou antes da eliminação de uma pela outra, que não é a mais civilizada, a mais nobre, a melhor, que faz os Estados Unidos abertos a todos os emigrantes, populações novas que se ensaiam com a maior audácia, sem nenhum preconceito como a Austrália, julgar-se incompatíveis com a raça amarela.

O dia em que for tentado o primeiro ensaio com a garantia do País; o dia em que, sob a nossa bandeira, se iniciar a nova imigração, será marcado com uma cruz preta na nossa história, porque, ou teremos feito sacrifícios imensos para acarretar para o País decepções, desapontamentos, ou desar, no caso de não dar resultado a presente tentativa – ou no caso de serem coroados de sucesso os desejos do Governo, teremos promovido um verdadeiro tráfico de asiáticos para constituir, no meio da escravatura existente, uma escravidão pior que a dos africanos. (*Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado.*)